

Proposta de um universo temático para a investigação em Filosofia da Educação: as implicações da historicidade

Antônio Joaquim Severino*

Introdução

A iniciativa de se criar, no âmbito da ANPED, um Grupo de Filosofia da Educação que se dedique especificamente à investigação nessa área, suscita a oportunidade de uma reflexão mais detida sobre o universo temático dessa investigação, bem como sobre as perspectivas de abordagem da mesma.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo explicitar, delinear e sistematizar, apresentando-as para nossa discussão conjunta, as temáticas que atualmente vêm demandando o investimento prioritário da Filosofia da Educação entre nós. A delimitação deste universo temático, bem como das perspectivas de sua abordagem, teve a historicidade da educação como referência teórica básica.

Sem dúvida, a historicidade, enquanto característica fundamental da condição existencial dos homens, marca com radicalidade todas suas manifestações particulares, entre as quais o conhecimento e a educação, o que impõe exigências específicas para a abordagem filosófico-educacional.

* Professor de Filosofia da Educação da USP.

I. A historicidade humana: a educação como prática histórica

A filosofia como busca do sentido do sentido

Com efeito, a compreensão do significado da atividade filosófica só pode se dar no quadro de uma referência mais ampla que é aquela do conhecimento. O filosofar é a expressão radicalizada, enquanto atividade simbolizadora do próprio conhecimento, da busca do esclarecimento do sentido da existência humana. O sentido de todas as demais coisas só se sustenta em função do sentido de nossa própria existência.

O conhecimento se configura, pois, em suas linhas gerais, como esforço de compreensão da realidade, compreensão que se dá mediante uma descoberta/atribuição de sentido.

No bojo de seu esforço de esclarecimento das coisas que cercam os homens, esforço que compartilha com todas as outras formas de conhecimento, a Filosofia se configura como busca do esclarecimento do sentido da própria existência humana. É um esforço de fazer convergir as significações de todas as coisas num sentido totalizante, unificador, sintetizador. E deste ponto de vista, é como se a Filosofia fosse aquela atividade de conhecimento que visasse encontrar o sentido do sentido de todas as coisas.

A existência humana como prática efetiva

Mas a existência humana se tece fundamentalmente como prática, ou seja, ela se constitui efetivamente pelo conjunto das atividades práticas que os homens desenvolvem na concretude espaço-temporal. O existir, vivendo, é antes de tudo desdobrar-se pelo agir frente os dados objetivos da natureza física, frente aos outros homens e frente às construções simbólicas das produções subjetivas.

O que se quer dizer é que a existência humana é sempre uma existência mediada, ao contrário do que a cultura filosófica muitas vezes a entendeu, vendo-a como a expressão de uma essencialidade originária e própria. Na verdade, sua identidade se constrói mediante alteridades.

Portanto, para se entender a especificidade do humano, é preciso aproximar-se dessas mediações, todas elas se expressando

concretamente como atividades práticas. Práticas produtivas, práticas políticas e práticas simbolizadoras, todas elas concretizando, mediatizando intensiva e extensivamente o modo de ser propriamente humano.

Do ponto de vista da filosofia contemporânea, nunca é demais desvelar os equívocos de nossa tradição filosófica ao pensar que se pudesse apreender uma essencialidade humana a partir da configuração de uma natureza específica, fosse ela de perfil essencialista, como na visão metafísica, fosse ela de perfil naturalista, como na visão científica.

O que se tem muito claro hoje é que a existência/essência humana é fundamentalmente uma prática e enquanto tal, se trata necessariamente de um processo que só pode se desdobrar num espaço social e num tempo histórico. Trata-se sempre, essencialmente e em definitivo, de uma prática histórico-social.

A historicidade radical

É o que situa a existência humana como a construção de sua essência numa historicidade radical. Nada mais acertada do que a conclusão filosófica de que o homem é aquilo que ele se faz, ao fazer as coisas. Também a nossa própria existência/essência é resultante contínua de um processo de construção.

Mas esta construção pressupõe ainda uma **dimensão social**, no sentido de que a existência só se torna humana se construída coletivamente. O encontrar-se socialmente situado não é, para o homem, apenas uma contingência aleatória. A sociabilidade é-lhe intrinsecamente constitutiva, pois fora dela o homem se *re-naturaliza* imediatamente.

Por isso, todas as práticas humanas se configuram como práticas intrinsecamente histórico-sociais e, como tais, precisam ser abordadas e explicitadas.

Não se deve, no entanto, confundir **historicidade** com *evolução*, *desenvolvimento*, *progresso*, *movimento*, outras tantas categorias que têm frequentado nossos discursos, em busca da apreensão da dimensão histórica da humanidade. Em primeiro lugar, porque a categoria de historicidade não implica, de maneira alguma, a idéia de aprimoramento, de aperfeiçoamento. Por mais que possamos lamentar, a humanidade pode muito bem regredir, involuir. Em

segundo lugar, porque o processo de mudança pelo qual passa a humanidade não é regido por leis rígidas de determinação, de qualquer natureza, nem metafísica, nem científica. A historicidade, embora necessitando das mediações objetivas do real, é pura contingência no seu conjunto.

As implicações da historicidade para o conhecimento

Também o conhecimento não pode ser compreendido fora dessa inserção na tessitura da temporalidade histórica. Embora seja uma prática com essa portentosa capacidade de se auto-refletir, sendo uma prática que se dá não apenas **se fazendo**, mas também **se dizendo**, não deixa de ser uma prática. E isso não pode se perder de vista quando se trata da filosofia, prática onde mais inapreensível se torna a praticidade, afastada e submetida pela teoricidade simbolizadora do dizer, do discurso.

Mas não nos deixemos enfeitiçar pela leveza desse **cogito** reflexivo, que tantas ilusões e miragens provocou na cultura filosófica, entificando seres e formas a partir de suas mediações simbólicas. É preciso encarar o conhecimento como prática plenamente histórico-social.

E a primeira consequência dessa condição radical do conhecimento é o *caráter histórico da verdade*. Tanto na ciência como na filosofia, não se chega à verdade, se esta for tomada, por definição, como um sentido que transcenda suas referências histórico-sociais. Mas não se veja aí nenhuma posição relativista de um historicismo vulgar. É que, embora não possamos chegar à verdade absoluta, podemos sempre estar contribuindo, a cada passo, para a construção da verdade, possível para cada momento histórico e para cada contexto social.

A educação, mediação da existência mediada

Como todas as atividades humanas, a educação, objeto temático/problemático da Filosofia da Educação, é também uma prática mediada e mediadora da existência do homem. Mas, na verdade, ela faz essa mediação de uma maneira indireta, na medida em que representa o investimento do grupo social com vistas à inserção dos indivíduos humanos no tríplice universo da prática produtiva, da prática social e da prática simbolizadora, ou seja, nos universos do trabalho, da sociabilidade e da cultura.

Enquanto prática humana, carrega consigo todas as consequências da historicidade. É também um processo da construção coletiva no tempo histórico.

A Filosofia da Educação como esclarecimento da prática da educação

Mas se, de um lado, a educação é prática, ela não é qualquer prática. Ela não é prática mecânica, não se trata de uma atividade meramente transitiva. Ao contrário, é prática orientada, norteada, pensada, vinculada e dependente de fins intencionais.

No entanto, não se trata de fins transcendentais, se entendidos assim como fins trans-históricos. Se, de um lado, os objetivos que norteiam a ação humana transcendem a coordenadas imediatas da prática em sua objetividade técnica, de outro, eles continuam sendo históricos porque humanos. São finalidades datadas, estabelecidas pelos homens, graças à capacidade simbolizadora de sua subjetividade.

Pode-se dizer que a filosofia tendeu a dar conta do sentido da prática humana apelando, inicialmente, para uma causalidade eficiente, como se esta prática se desencadeasse e se desenvolvesse a partir da propulsão de uma força causante. O agir seria determinado e orientado por um sentido já impresso desde a gênese do ser humano. Foi a posição defendida por metafísicos, com sua idéia de essência humana, núcleo pré-organizado de potencialidades; mas também defendida por cientistas naturalistas, impressionados pelas potencialidades do genoma humano e do processo evolutivo. Mas a tradição filosófica, sobretudo quando marcada por referências religiosas, também apelou frequentemente para uma espécie de causalidade final, numa perspectiva teleológica: o sentido do agir humano estaria determinado e guiado por sua finalidade, o fim atraindo e dirigindo a ação, dando-lhe sentido, rumo.

O equívoco destas visões é que elas acabam acarretando a supressão da historicidade e se apoiando num pressuposto essencialista. A prática humana só se torna humana exatamente porque não é pré-determinada nem por suas condições prévias nem por fins transcendentais, uma vez que estes também precisam ser construídos, e construídos historicamente.

Estas posições deterministas resultaram de ilusões provocadas

pela exacerbação da suposta autonomia do poder de representação subjetiva dos homens. A consciência se enebria de seu poder aparentemente ilimitado e se põe a construir livremente os seus conteúdos explicativos. Traduz com isso sua compreensão do conhecimento como mera representação do real, como se não passasse de transparência das estruturas do real na consciência.

Mas não são transcendentais as referências do agir humano. Ao contrário, são referências profundamente históricas e sociais. É por isso mesmo que é na imanência dos processos históricos que o sentido deve ser desvelado/construído.

Não será de outra maneira que se deve compreender a educação, processo prático por excelência. Trata-se, portanto, de intencionalizá-la a partir de sua própria construção em ato, ou seja, como presença atuante numa determinada sociedade, num determinado tempo histórico. Intencionalizar a prática educacional é transformá-la em práxis, ou seja, ação pensada, refletida, apoiada em significações construídas, explicitadas e assumidas pelos sujeitos que agem.

Assim sendo, se se pode entender a filosofia como esforço de esclarecimento da existência humana pelo desvendar de seu sentido, deve-se entender a Filosofia da Educação como esforço para o desvendamento do sentido da educação no contexto do sentido da existência humana.

II. As perspectivas de abordagem: exigências para a pesquisa em filosofia da educação

Vistas assim as significações da Filosofia e da Filosofia da Educação sob o enfoque seguro da historicidade do conhecimento, é possível delinear, com alguma precisão e sistematicidade, as esferas temáticas em que a investigação filosófica sobre a educação deveria priorizar, na atualidade. É a tarefa que caberia aos filósofos da educação, enquanto sujeito coletivo, no sentido de responderem aos desafios postos historicamente pela educação e de contribuírem assim para o processo contínuo de construção da mesma enquanto mediação intencionalizada da existência histórica de nossa sociedade.

Por outro lado, admitida a produção do conhecimento pelo sujeito coletivo — o saber individual só tem razão de ser e significado enquanto parte inserida num projeto/processo amplo e coletivo de sua elaboração — algumas perspectivas, atitudes e posturas

devem ser assumidas por serem mais apropriadas e fecundas no desenvolvimento da pesquisa.

A interdisciplinaridade exigida

A primeira perspectivação que decorre do que foi assumido até aqui é aquela da interdisciplinaridade a ser assegurada na investigação filosófico-educacional. A interdisciplinaridade não é entendida aqui como fusão homogeneizadora de conteúdos, como uma espécie de identificação confusional que eliminasse as especificidades das várias formas do saber. O que se tem em vista é uma íntima colaboração entre ciências e filosofia, de um lado, e entre os vários campos do saber, de outro, na abordagem de objetos comuns.

Esta exigência nasce, em primeiro lugar, do próprio caráter coletivo do conhecimento. O saber, de modo geral, e, no caso, o saber da Filosofia da Educação, só podem ser realizados por um sujeito coletivo. Trata-se sempre de uma construção conjunta. Por isso mesmo, ocupando um lugar de síntese, já que lhe cabe situar a educação em relação à existência humana, a Filosofia da Educação precisa operar levando em conta as contribuições de todas as ciências que investem igualmente no esclarecimento dos diversos aspectos, necessariamente múltiplos, da prática histórico-social da educação.

Por isso, a pesquisa em Filosofia da Educação deve se desenvolver tendo bem próximas de si e levando-as em rigorosa consideração, as conclusões das pesquisas realizadas nas diversas áreas das ciências da educação. Não se trata, obviamente, de se refazer no âmbito de nossas investigações, as pesquisas feitas pelos historiadores, pelos sociólogos, pelos economistas, pelos antropólogos, pelos etnólogos, pelos psicólogos da educação. Isso não teria o menor sentido, seria certamente equivocado. No entanto, não se pode dar conta da historicidade da educação negligenciando-se os resultados explicitadores da pesquisa científica realizada pelas ciências positivas da educação.

A tridimensionalidade do enfoque filosófico-educacional

Ao integrar a educação na tessitura da existência humana, a Filosofia da Educação tem que assumir, necessariamente, uma

perspectiva de síntese, uma vez que estará lidando com significações totalizantes. A meu ver, seu enfoque será basicamente **antropológico**, mas sob uma tríplice dimensão.

Com efeito, como vimos, a educação apresenta-se substancialmente como uma prática. Desta cabe à Filosofia explicitar suas finalidades intencionais, ou seja, os valores que a norteiam e que fundamentam seus fins e objetivos. Trata-se, portanto, de um enfoque propriamente **axiológico**.

Mas esta prática, não sendo prática transitiva, mas sim intencionalizada, que se dá em determinado contexto histórico-social, precisa ter esclarecidas, pelo conhecimento, todas as suas coordenadas. Exige assim do filósofo da educação toda uma exegese **epistemológica**. De uma forma positiva, precisa estabelecer os parâmetros da construção do conhecimento em educação; de uma forma negativa, exige a denúncia, a crítica e a superação dos desvios ideológicos da prática subjetiva envolvida em todos os discursos educacionais, sem exceção.

Finalmente, todos estes aspectos convergem para a busca da significação da própria existência, na historicidade, do sujeito/educando. Trata-se então de uma tarefa propriamente **ontológica**.

Tradição e atualidade

A investigação e a produção filosófico-educacionais não se justificam apenas em função de um rigor lógico-formal de seu discurso. Obviamente, a Filosofia da Educação deve dar-se como objeto uma problemática histórica e socialmente relevante. Neste sentido, deve situar-se na atualidade, colocando sua temática na verdadeira temporalidade. Seu filosofar não paira, condoreiro, sobre o tempo. Só conseguirá submeter o tempo, submetendo-se a ele.

Mas, de maneira alguma, isto significa desconhecer a história, agora concebida como guarda da memória e do acervo da tradição cultural. Na verdade, é a própria historicidade que impõe esta exigência de respeito pela tradição. A Filosofia da Educação se faz também através da retomada de sua história. Sem dúvida, filosofar não é retomar, dissecar e eventualmente ornamentar teses apresentadas por pensadores clássicos, mas o diálogo rigoroso, atento e crítico com os autores do passado será certamente fecundo, eis que eles integram o sujeito coletivo histórico-social. O que está em pauta nesse diálogo é uma dialética da continuidade e da ruptura.

Particularidade/universalidade

Outra exigência para a investigação filosófico-educacional no Brasil é a de praticar uma adequada dialética entre priorizar o particular e atingir o universal. Trata-se, sem dúvida, de buscar a universalidade mas a partir da particularidade das circunstâncias onde sua problemática se constitui historicamente.

A integração do agir

A existência humana é essencialmente prática. O problema fundamental da humanidade é aquele posto pela sua ação. O conhecimento só se justifica em vista do agir. Por isso mesmo, também o conhecimento filosófico precisa se comprometer com o agir, integrando-o. Não se conhece apenas para contemplar. O distanciamento que o saber exige do cientista e do filósofo em relação à imediatez de seus objetos e problemas em nada autoriza que se perca de vista o papel da Filosofia da Educação referente à reorientação do agir. Desse modo, as pesquisas filosófico-educacionais devem assumir a ação histórica concreta como tema de sua reflexão, adiantar propostas alternativas para ela, discutir suas condições e conseqüências, avançar utopias, cobrar compromissos. Produzir uma teoria que possa informar a prática.

III. Delineando alguns campos temáticos

1. A Filosofia da Educação e a construção do conhecimento: o âmbito epistemológico

Campo temático significativo para a pesquisa em Filosofia da Educação é aquele delimitado pelas questões epistemológicas, vinculadas ao processo de construção do conhecimento, tanto em sua produção, sistematização, transmissão e apropriação. O aspecto central destas questões é a própria relação sujeito/objeto que permeia todo o processo epistêmico.

O estatuto da Filosofia da Educação

Um primeiro campo temático que demanda investimento dos pesquisadores em Filosofia da Educação é aquele relacionado com a constituição de seu próprio estatuto. Está em jogo a identidade

dessa área da Filosofia. O que se precisa ainda é desenvolver subsídios para que se delineie uma teoria da Filosofia da Educação.

Para além das buscas propriamente teóricas no sentido de se constituir essa identidade, esta meta demanda um estudo mais sistemático do pensamento filosófico-educacional já desenvolvido entre nós, no sentido de bem se conhecer como a questão vem sendo tratada em nossos meios educacionais.

Por outro lado, o diálogo crítico com pensadores do passado e com autores estrangeiros abre espaços para propostas de investigação que poderão trazer subsídios importantes para esse trabalho.

A educação e a construção do conhecimento

Uma segunda frente se constitui pela construção e discussão dos paradigmas epistemológicos aptos a fundamentarem a abordagem e o conhecimento de nossa realidade educacional. Neste caso, a discussão se centra na relação sujeito/objeto na construção do conhecimento mediada pela prática da pesquisa. Inclui-se nesta frente a discussão dos paradigmas vigentes que estão direcionando a pesquisa educacional entre nós.

Mas além do caso da pesquisa, a relação sujeito/objeto, implícita nos processos cognoscitivos, pode ser investigada também nas situações de transmissão e de apropriação do conhecimento, ou seja, nas situações de ensino/aprendizagem. Trata-se de aprofundar a questão das relações entre as esferas do epistêmico, do psíquico e do pedagógico. Sem dúvida alguma, é pertinente em nosso momento e contexto, uma discussão mais sistemática, por exemplo, das propostas construtivistas que tanto têm influenciado a educação brasileira.

Outra esfera que parece continuar merecendo o investimento filosófico-educacional é aquela relacionada à sistematização do conhecimento em educação. A dificuldade de se estabelecer um estatuto epistemológico para a própria educação, um critério de demarcação de cientificidade para suas disciplinas, continua desafiando os teóricos e tornando frágeis as delimitações até agora feitas.

Também deve merecer atenção dos pesquisadores em Filosofia da Educação a problemática da linguagem pedagógica enquanto expressão simbólica e matéria prima do discurso da educação. Aqui está em causa a contribuição da clareza conceitual e lingüística na expressão do conhecimento educacional.

É ainda neste âmbito epistemológico que se coloca a exigên-

cia da pesquisa filosófica sobre a questão da interdisciplinaridade em educação. Embora a questão do interdisciplinar não se esgote nessa abordagem, impõe-se colocá-la sob esse prisma. Trata-se de apreender o problema da relação unidade-totalidade no discurso que pretende explicitar o sentido da educação, realidade extremamente complexa em suas manifestações concretas.

Do mesmo modo, a significação ideológica dos discursos educacionais pode ser explorada também de uma perspectiva epistemológica. O enviesamento ideológico de todas as formas de discurso, sobretudo naqueles que versam sobre a prática humana, é, sem sombra de dúvida, uma constante. Espera-se, pois, da filosofia da educação que se torne elaboradora de uma releitura investigativa dos discursos pedagógicos, tanto em suas versões teóricas como naquelas práticas, no sentido de desmascarar tais disfarces ideologizados. Afinal, a educação, seja como prática, seja como teoria, é lugar privilegiado para a mistificação, eis que ela lida necessariamente com valores, interferindo de modo direto na questão dos interesses que perpassam a ação humana.

2. A prática educacional como tema da Filosofia da Educação: o âmbito axiológico

Investigar a própria prática, tomando-a como objeto de suas pesquisas, é extremamente relevante para os educadores, de modo geral. Assim, ela deve ocupar lugar central nas atividades investigativas dos Filósofos da Educação. Trata-se de se explicitar e de se discutir todos os aspectos envolvidos na prática dos sujeitos envolvidos na educação. A Filosofia da Educação é, com efeito, questionamento permanente de toda prática de seu âmbito.

Como a prática é mediação universal da existência humana, nela se manifestam integradamente todos os aspectos desta, ficando difícil isolá-los. No entanto, o enfoque axiológico da Filosofia da Educação é aquele relacionado com valores e fins que norteiam a ação humana. Estes valores são éticos, se se considera o agir sob o ângulo da dignidade individual da pessoa; são políticos se a ação é tomada sob o ângulo da impregnação de poder que perpassa a vida social; são estéticos quando está em pauta a sensibilidade estética dos sujeitos.

A prática educacional concerne sempre a valores, sob todos os

ângulos, uma vez que ela é sempre uma forma mediadora das manifestações concretas desses valores, ela se serve dessas manifestações para se realizar e ainda prepara as pessoas para que os incorporem nas suas próprias vidas.

Assim, no caso da prática produtiva, econômica, nas relações da educação com o trabalho podemos observar que a educação é uma forma de trabalho e que se faz mediante atividades que visam inserir os indivíduos no universo do trabalho. Analogamente, a educação enquanto prática envolve a ética, enquanto critério moral da ação pessoal dos sujeitos envolvidos, forma eticamente e busca tornar éticos os sujeitos que forma.

Desse modo, dada a multiplicidade e a complexidade das relações da educação com a prática em geral, os campos temáticos para a pesquisa em Filosofia da Educação se desdobram em muitas frentes, das quais destacamos as seguintes:

O sentido da educação como prática

Questões relacionadas com a própria condição da educação como prática de interesse social, em geral, com a formação do educador, devem integrar necessariamente o universo temático da investigação filosófico-educacional. Embora se fazendo como abordagem teórica, a filosofia da educação toma seu objeto na própria prática educacional, vista como mediação das mediações existenciais da humanidade. É prática simbólica, mas integralmente prática, e como tal, processo que envolve todas as dimensões do agir humano. Por isso mesmo não há como desconhecer, no desenvolvimento da reflexão filosófico-educacional, as contribuições científicas que explicitam as configurações objetivas dessa prática eminentemente social.

Relações entre educação e trabalho

De modo relevante, se coloca o problema das relações entre a prática educacional e a prática produtiva, impondo-se ao filósofo da educação a busca do sentido do trabalho, dos valores econômicos e das finalidades técnico-profissionais da educação. O significado da profissionalização e os problemas vinculados ao exercício profissional precisam integrar o campo de preocupações do filósofo da educação.

Relações entre educação e prática política

Igualmente, as implicações políticas da prática educacional constituem objeto a ser constantemente investigado pela filosofia da educação. Trata-se de se pesquisar a significação política da educação, de se saber como a prática educacional se envolve com a distribuição das relações de poder que tecem a vida social dos homens, nos seus contextos históricos bem concretos e específicos. Por isso mesmo, as finalidades políticas têm a ver necessariamente com as intencionalidades específicas da prática educacional. As mediações para a construção da cidadania e da democracia devem ser buscadas e explicitadas também pela filosofia da educação, bem como o desmascaramento das ideologias que se insinuam no seu pensar e fazer constitui tarefa ineludível de sua reflexão. A releitura do tecido dos discursos educacionais, em seu processo de elaboração, sistematização e inculcação ideológicas é exigência permanente de uma reflexão filosófica que se queira competente e crítica.

Relações entre educação e prática cultural

A educação é prática substantivamente cultural. Enquanto tal, lida com os valores e demais elementos simbólicos, outro universo das mediações existenciais do homem. Os símbolos são as próprias ferramentas do trabalho do educador. A investigação filosófica nesse âmbito deve assegurar-lhe a explicitação e discussão das diversas dimensões culturais da existência (direito, religião, técnica, ciência, etc) em suas relações com a educação.

Ética e educação

Particularmente relevante para o educador é a significação ética da educação. Em se tratando de uma prática que implica uma intervenção direta na personalidade de outros sujeitos, (a educação vista como prática de intervenção social) a questão da sensibilidade ética assume papel de extrema relevância. Trata-se do equacionamento ético da ação do educador, a ser feito hoje, levando-se em consideração a historicidade da nossa existência. Reconhecer essa historicidade e, portanto, a construtividade até mesmo de nossos valores, não significa abdicar da dignidade da pessoa e das exigências de respeito por ela. Daí a perenidade da discussão dos fundamentos éticos de qualquer ação humana. A ética na educação é outra forma de expressão da exigência de intencionalização dessa prática.

Estética e educação

A ação educativa, pressupondo sempre a interação entre os sujeitos, é igualmente interpelada pela sensibilidade estética. Daí não poderem ser estranhas ao filosofar sobre a educação as questões suscitadas por essa forma específica de sensibilidade, que nos põe em relação com valores simbólicos de natureza estética. Toda reflexão que explicita as mediações da educação pela arte e para a arte, a dimensão pedagógica da arte e a dimensão estética da pedagogia, constituem campos que precisam de grandes investimentos por parte da pesquisa em filosofia da educação.

3. A educação e a existência histórica dos sujeitos: o âmbito ontológico

Contribuir para a constituição de uma ontologia da educação é outra tarefa esperada da pesquisa filosófico-educacional. Como efeito, a compreensão da educação passa pela explicitação do sentido da realidade educacional, enquanto relacionada à realidade social envolvente, à identidade dos sujeitos envolvidos na educação, à cultura e à história.

Neste campo temático, a educação é abordada relacionada ao homem em sua existência mediada, em suas condições reais de existência — o homem como resultado de auto-construção através de sua prática. Trata-se, portanto, de uma perspectiva ontológica na medida em que se discutem as relações da educação com as condições existenciais do homem como ser histórico.

A educação e a existência histórica do homem

Se encarada a existência humana sob a perspectiva da historicidade, não há mais como se referir à identidade humana enquanto fundada na essência. E a educação é processo de humanização, mas isso não significa mais alcançar uma perfeição medida por um modelo prototípico, não se trata de um passar da potência ao ato, de um desenvolvimento de potencialidades previamente dadas. Trata-se, isso sim, de se construir um modo de existência apoiado em modos concretos das mediações históricas da vida humana, ou seja, as mediações naturais, as mediações sociais e as mediações culturais. É intrinsecamente inserido, tecido nessas mediações, que o homem se humaniza, que o indivíduo se personaliza, construindo assim sua condição humanizada.

Daí a necessidade da reflexão filosófico-educacional investigar as condições de possibilidade e de efetivação, no tempo histórico e no espaço social, dessa humanização. Impõe-se-lhe indagar sobre as condições de existência no contexto do múltiplo relacionar humano: como ficam a educação e o homem frente à natureza, frente à sociedade e frente a si mesmo; a educação frente ao homem como ser produtivo, como cidadão e como ser cultural; as ambigüidades do trabalho, a opressão do poder político e a força da alienação cultural; o Estado e a institucionalização do poder.

A educação no processo de humanização

Desse modo, as questões ligadas aos processos de individuação, de personalização e de construção da identidade ganham outra dimensão, uma vez que não se trata mais de proceder a uma operação abstrata de dedução de características ideais a partir de uma suposta natureza imutável. Cabe à pesquisa filosófico-educacional investigar, em íntima colaboração com as ciências psicoantropológicas, como é que esses processos podem se dar nas condições históricas de nossa existência real.

A educação e a liberdade da pessoa humana

É nesse âmbito igualmente que se colocam as questões antropológicas da dignidade humana, da liberdade e da transcendência. Como demonstrar que o homem pode se fazer um sujeito livre, com responsabilidade sobre seu destino? Quanto a isso, a investigação da Filosofia da Educação buscará saber como o homem pode ser transcendente no seio mesmo dessa sua condição de imanência histórico-social. Não se trata mais de especular sobre uma natureza abstrata do homem, dotada de inúmeras características, mas da capacidade do ser humano de ir intencionalizando sua existência ao intencionalizar sua prática. O sentido de seu existir e de seu agir não é mais dado mecanicamente pelas forças naturais e sociais que o condicionam, ele é construído a partir de projetos intencionais.

Conclusão

Estas são apenas algumas sugestões para a constituição de linhas de pesquisa, bem como para a formação de núcleos e áreas temáticas para a consolidação de uma tradição de pesquisa no

âmbito da Filosofia da Educação.

Coerentemente com a exigência de interdisciplinaridade, a abordagem de todas essas temáticas e sua exploração teórica pressupõem contínua interação com as disciplinas científicas, uma vez que os elementos analíticos levantados pelas ciências positivas da educação são imprescindíveis para a construção conceitual dos objetos visados pela investigação filosófica.

Ademais, para que se consolide uma tradição consistente de pesquisa nessa área, é preciso que se crie igualmente uma tradição de trabalho em equipe. Como se viu, todo conhecimento pressupõe um sujeito coletivo: a equipe de investigação, unida no desenvolvimento efetivo de um projeto de pesquisa, é sem dúvida uma forma de mediatizar essa coletividade.

Referências bibliográficas

- ALVES, Alda J. *Paradigmas de pesquisa em educação: uma avaliação dos desenvolvimentos recentes*. Caxambu: ANPED, 1993. Mimeo.
- DUARTE, Newton. *Por uma teoria histórico-social da formação do indivíduo*. Caxambu: ANPED, 1993. Mimeo.
- LUCKESI, Cipriano C. Filosofia, exercício do filosofar e prática educativa. *Em Aberto*, Brasília, v.9, n.45, p.35-43, jan./mar. 1990.
- _____. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1990. Col. Magistério.
- MARQUES, Mário O. *Conhecimento e educação*. Ijuí: Unijuí, 1988.
- MAZZOTTI, Tarso B. *Estatuto de cientificidade da Pedagogia*. Caxambu: ANPED, 1993. Mimeo.
- OLIVEIRA, Betty. *Paradigmas e alienação na pesquisa em educação: a problemática da cotidianidade*. Caxambu, ANPED, 1993.
- REZENDE, Antônio M. (org.) *Iniciação teórica e prática às ciências da educação*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SAVIANI, Dermeval. Contribuições da filosofia para a educação. *Em Aberto*, Brasília, v.9, n.45, p.3-9, jan./mar. 1990.
- SEVERINO, Antônio J. A contribuição da filosofia para a educação. *Em Aberto*, Brasília, v.9, n.45, p.19-26, jan./mar. 1990.

- _____. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: EPU, 1986. Col. Temas Básicos.
- _____. *Filosofia da Educação; construindo a cidadania*. São Paulo: FTD, 1994. Col. Ensinar e Aprender.
- _____. *Filosofia*. São Paulo: Cortez, 1992. Col. Magistério.
- _____. O papel da filosofia no Brasil: compromissos e desafios atuais. *Reflexão*, Campinas, v.5, n.17, p.5-12, maio/ago. 1980.
- SOUZA FILHO, Danilo M. A questão da pesquisa em filosofia. *CADERNOS de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, n.5, p.132-135, 1983.
- VON ZUBEN, Newton A. Filosofia e educação. *Em Aberto*, Brasília, v.9, n.45, p.11-18, jan./mar. 1990.
- WARDE, Mirian J. A favor da educação, contra a positivação da filosofia. *Em Aberto*, Brasília, v.9, n.45, p.27-34, jan./mar. 1990.